

LITERATURA EM BLUMENAU + NOVO CÓDIGO FLORESTAL  
BRASILEIRO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL + SUPREMO  
LEGALIZA CASAMENTO GAY + AS PROPOSTAS DO  
SEMINÁRIO DE IMPRENSA SINDICAL + DIREITOS AUTORAIS

# EXPRESSÃO

Ano 3 Número 21 Junho.2011

Uma publicação  
do Sindicato dos  
Servidores Públicos  
do Ensino Superior  
de Blumenau

# UNIVERSITÁRIA

[www.sinsepes.org.br](http://www.sinsepes.org.br)

## EDUCADORES EM LUTA

Se há algo que os educandos brasileiros precisam saber, desde a mais tenra idade, é que a luta em favor do respeito aos educadores e à educação inclui que a briga por salários menos ímoraes é um dever irrecusável e não só um direito deles. A luta dos professores em defesa de seus direitos e de sua dignidade deve ser entendida como um momento importante da prática docente, enquanto prática ética. Não é algo que vem de fora da atividade docente, mas algo que dela faz parte. O combate em favor da dignidade da prática docente é tão parte dela mesma quanto dela faz parte o respeito que o professor deve ter à identidade do educando, à sua pessoa, a seu direito de ser. Um dos piores males que o poder público vem fazendo a nós, no Brasil, historicamente, desde que a sociedade brasileira foi criada, é o de fazer muitos de nós correr o risco de, a custo de tanto descaso pela educação pública, existencialmente cansados, cair no indiferentismo fatalistamente cínico que leva ao cruzamento dos braços. **"NÃO HÁ O QUE FAZER" É O DISCURSO ACOMODADO QUE NÃO PODEMOS ACEITAR.**

Professor Paulo Freire, no livro "Pedagogia da Autonomia"



# »» Editorial

**A**s práticas de má gestão no serviço público tem ocasionado radicalização por parte dos trabalhadores com apoio da população. Aumenta a consciência geral de que as reivindicações vão cada vez mais além da defesa corporativa e cada vez mais próximas ao zelo e defesa da coisa pública e do exercício da cidadania.

## PROFESSORES DA REDE ESTADUAL EM GREVE.

**A**sociedade une-se em apoio à greve dos profissionais da educação. Mesmo com a aprovação do piso nacional dos professores, a reação da sociedade catarinense não se fez sentir quando o governo estadual recorreu à justiça, na tentativa de não repassá-lo aos professores da rede. Agora, com a ratificação por parte dos mais altos escalões do poder judiciário, a população percebe que, mesmo direitos previstos em lei, por vezes só são garantidos com medidas radicais. Além do ponto de vista jurídico, a discussão é chocante por tocar em um dos pontos mais importantes, mesmo na mais rasteira das posições políticas: o investimento na educação e em seus profissionais. Agora, a imoralidade é transformada em ilegalidade e a sociedade revolta-se com o fato de um professor não receber ao menos cerca de R\$ 1.100,00 por mês por uma jornada completa de trabalho. Mais, os profissionais e a população não engolem mais as propostas de nivelamento por baixo.

Não admite-se a retirada de importantes direitos adquiridos em troca do pagamento do piso. Não admite-se só aplicar o piso a quem ganha menos sem corrigir a tabela salarial, nivelando tempo de carreira e formação acumulada pelos profissionais, tornando os professores um conjunto

planificado de empregados recebedores do piso. Não admite-se mais um governo imoral e ilegal.

## SINTRASEB TAMBÉM DECIDE POR GREVE

**O**s servidores públicos municipais também mobilizam-se por melhores condições de trabalho e respeito por parte dos governantes. A insatisfação não restringe-se à pauta salarial: aos salários reduzidos nos últimos anos em relação ao avanço da inflação unem-se importantes demandas sociais, não restritas somente aos interesses corporativos. O aumento exponencial do número de cargos em comissão, a percentual redução dos servidores de carreira e a fragilização do controle das decisões acerca do próprio trabalho, tornando a gestão pública cada vez mais norteada por objetivos particulares de acúmulo político e econômico, são evidentes.

O abandono governamental das estruturas públicas, incluindo os espaços físicos e equipamentos, além da desestruturação dos mecanismos de gestão dos processos, não são criticados somente pelos munícipes. As mesmas precariedades que prejudicam o atendimento do público causam adoecimento, insatisfação e por vezes impedem o exercício efetivo do trabalho por parte dos servidores. Neste sentido, a greve une servidores e demais cidadãos, pois a eficiência do serviço público não se sustenta somente no direcionamento político e ideológico dos governos, mas na possibilidade do exercício por servidores saudáveis e motivados, responsáveis por suas atividades, intervenção e com capacidade de resolução dos problemas.

## NA FURB

**E**m nossa instituição, a apreensão da comunidade com relação aos gestores intensificou-se após a greve de 2007 e a nova regulamentação jurídica da FURB. Uma das pendências, condicionadas pelo Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público de SC, é a regularização das vagas e recomposição do quadro funcional, mediante realização de concurso público. Neste contexto, mais do que a aceleração do processo de contratação dos profissionais, é premente a necessidade de racionalização das vagas e do trabalho na Universidade. Não somente com o objetivo da sobrevivência financeira, mas da efetiva excelência nas atividades da instituição, faz-se necessário o aproveitamento racional dos servidores de carreira e dos profissionais temporários já contratados. A sobreposição de vagas e a repetição de trabalho precisam ser identificadas e eliminadas, o compartilhamento de informações e a complementação de tarefas entre setores é fundamental. Embora urgentes, as novas contratações devem ser precedidas pela criteriosa identificação de competências no corpo funcional, de modo a aproveitar os servidores técnico-administrativos de forma mais produtiva e possibilitar, na distribuição de carga horária docente, menor sobrecarga dos profissionais e maior produção de conhecimento, em ensino, pesquisa e extensão.

**Mais do que acelerar as contratações, é premente racionalizar as vagas e o trabalho na Furb**

**Não admite-se mais um governo imoral e ilegal em Santa Catarina.**

Expressão Universitária é uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau.

Jornalista responsável: Leo Laps (01989JP-DRT/SC).

Projeto gráfico, diagramação e edição: Leo Laps. Tiragem: 3.000 cópias. Gráfica: Grupo Paulo Pimentel (Curitiba).

Endereço: Campus I da FURB (Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900

Telefone: 47 3321-0400 ou 47 3340-1477 E-mail: sinsepes@sinsepes.org.br.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.

Acesse [www.sinsepes.org.br](http://www.sinsepes.org.br) e confira versões anteriores em PDF.

## DIRETORIA SINSEPES

Presidente: Tulio Vidor Vice-presidente: Ricardo Machado

Secretário-geral: Joni Júlio Evaristo 1ª Secretária: Laurete Maria Ebel Coletti

Tesoureiro: Luiz Heinzen 1º Tesoureiro: Luiz Donizete Mafrá

Diretora de Assuntos Jurídicos: Ivone Fernandes Morcilo Lixa Diretora de Cultura: Mariana Freitas

Diretor de Comunicação: Carlos Alberto Silva Diretora de Formação: Nevoní Goretti Damo

Conselho Fiscal: Simone Wagner Rios Largura, Rita de Cassia Marqui e Décio Zendron (titulares), Rubia Carla Ribeiro e Natacha Juli Georg (suplentes)

COLABORE TAMBÉM COM O EXPRESSÃO UNIVERSITÁRIA! ENTRE EM CONTATO POR EMAIL ([sinsepes@sinsepes.org.br](mailto:sinsepes@sinsepes.org.br)) OU PELO TELEFONE 47 3321-0400

# Jornalismo sindical e contra-hegemonia

Seminário em Florianópolis discute potencial da imprensa comprometida com os trabalhadores na construção de uma sociedade mais humana e democrática



Roberto Ortega (www.flickr.com/r\_ortega)

POR **MAGALI MOSER**, jornalista pós graduada em Literatura e assessora de imprensa do Sindicato dos Bancários de Blumenau e Região e do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau, Gaspar e Indaial <magamoser@hotmail.com>

A mídia hegemônica atravessa um período de contradições e paradoxos. O cenário foi muito bem definido pelo jornalista Altamiro Borges no livro *A Ditadura da Mídia*: “Se por um lado, nunca foi tão poderosa, em decorrência dos avanços tecnológicos nos ramos das comunicações e das telecomunicações, do intenso processo de concentração e monopolização do setor nas últimas décadas e da criminosa desregulamentação do mercado que a deixou livre de qualquer controle público (...) Por outro lado, ela nunca esteve tão vulnerável e sofreu tantos questionamentos da sociedade. No mundo todo, cresce a resistência ao poder manipulador da mídia”

Num país onde menos de dez famílias controlam a quase totalidade da mídia, a discussão se torna ainda mais importante. Apesar de a Constituição Brasileira proibir que políticos sejam concessionários de emissoras de rádio e TV, todos sabem a farra que é a prática no país. Empresas abertas em nomes de laranjas são frequentemente usadas por especuladores, igrejas e políticos, como aponta o levantamento da página *Donos da Mídia* ([donosdamidia.com.br](http://donosdamidia.com.br)), que monitora as propriedades dos veículos de comunicação por todo o Brasil. Segundo o site, no país, 271 políticos são sócios ou diretores de 324 veículos de comunicação. Entre os detentores diretos ou indiretos de concessões estão José Sarney, Antonio Carlos

Valadares, Mão Santa, Jayme Campos, Jorge Bornhausen, Roseana Sarney e Tasso Jereissati.

Uma sociedade verdadeiramente democrática requer o cumprimento dos direitos humanos, a diversidade de opiniões e escolhas, a cidadania. Tudo isso passa obrigatoriamente

**Uma sociedade verdadeiramente democrática requer o cumprimento dos direitos humanos, a diversidade de opiniões e escolhas, a cidadania. Estudiosos indicam que o Brasil é o país da América Latina que menos passos deu rumo à democratização da informação**

por uma mídia mais popular e solidária. Estudiosos como Borges indicam que o Brasil é o país da América Latina que menos passos deu rumo à democratização da informação. Com o tema *Para além do nosso umbigo: os desafios da imprensa sindical*, o 3º Seminário de Imprensa Sindical, promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal em Santa Catarina (SINDPREVS), em abril, em Florianópolis, lançou luz sobre a necessidade de se avançar numa comunicação popular. Diante disso, os sindicatos precisam se unir a fim de lançar um jornal com pauta unificada. Esta é a constatação do coordenador no Núcleo Piratininga de Comunicação, Vito Giannotti, que abriu a primeira palestra do seminário. Na palestra “Por que nossa comunicação deve superar os limites do nosso

umbigo?”, ele defendeu a necessidade de um jornal diário, comprometido com os trabalhadores e capaz de fazer frente aos grandes grupos de mídia.

Como instrumentos seculares de organização social, os sindicatos tem um papel fundamental diante des-

se contexto. No entanto, o potencial exercido por esses instrumentos está aquém das possibilidades, como constata Vito. Com a experiência de quem ajudou a fundar a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e escreveu mais de 20 livros relacionados à luta dos trabalhadores e à imprensa sindical, ele chega a uma avassaladora conclusão: “90% dos jornais sindicais não servem para nada. Os jornais sindicais não servem para nada no sentido de lutar por outra sociedade, mais solidária. A maioria está limitada às preocupações de reeleger a diretoria para a próxima gestão”, afirma Vito.

Na avaliação do pesquisador, em geral, a pauta dos jornais sindicais se restringe às questões do “próprio umbigo”, como ele define. A tragédia inicial na comunicação sindical seria que a maioria dos leitores dos jornais sindicais são trabalha-

dores cujo único interesse é saber se houve reposição salarial. A preocupação que prevalece é com o próprio bolso, com o próprio umbigo. Como superar isso? Além de abordar questões referentes a benefícios e aumento salarial da categoria, Gianotti sugere que um jornal sindical precisa oferecer educação, cultura, saúde, questões mundiais...

Os meios de comunicação de massa são instrumentos essenciais da sociedade contemporânea, estabelecendo parâmetros por meio dos quais as pessoas leem e interpretam o mundo. A informação precisa informar e qualificar, já que a comunicação é um estímulo para a organização dos trabalhadores. Bush não teria invadido o Iraque se não houvesse um consenso mundial, através da mídia hegemônica. A lógica que orienta a mídia comercial coloca interesses corporativos e metas de lucros acima de tudo, ignorando os valores fundamentais da convivência humana. O jornalismo sindical pode, sim, fazer contraposição à *Veja*, *Folha de São Paulo*, Rede Globo e a todos os demais grandes grupos. O jornalismo preso aos interesses empresariais tende a negligenciar grupos sociais periféricos e temas isolados. O jornalismo comprometido com a coletividade permite uma compreensão ampliada não só dos grupos marginalizados, mas de toda a sociedade. Ignorar o papel da mídia na construção contra-hegemônica é fechar os olhos para o potencial transformador dos meios de comunicação.

## Charge do Charles

## Kit anti-homofobia

E enquanto o ocidente critica os fundamentalismos islâmicos, no Brasil grupos religiosos empreendem uma obstinada cruzada neo-medieval, onde os pagãos a serem combatidos agora são os que não professam a heterossexualidade. Ignorando que o Estado brasileiro é laico, esses soldados da fé e dos bons costumes avançam pelo Parlamento e protestam virulentamente contra qualquer forma de extensão de direitos aos não-heterossexuais.

Além do Projeto de Lei Complementar 122, apelidado pelos homens de deus como a lei da mordaza por impedi-los de pregar contra a não-heterossexualidade, os profetas e suas ovelhas lançaram-se contra material didático produzido para o Ministério da Educação com a intenção de subsidiar os professores a tratarem em sala de aula o respeito às diversidades sexuais.

Lamentavelmente, a presidenta Dilma deixou-se chantagear pela bancada evangélica, e proibiu a distribuição do material, com o argumento de que incentivaria práticas não-heterossexuais. Brasil: um Estado laico, mas um país em muitos sentidos ainda arcaico.

## Pronominais

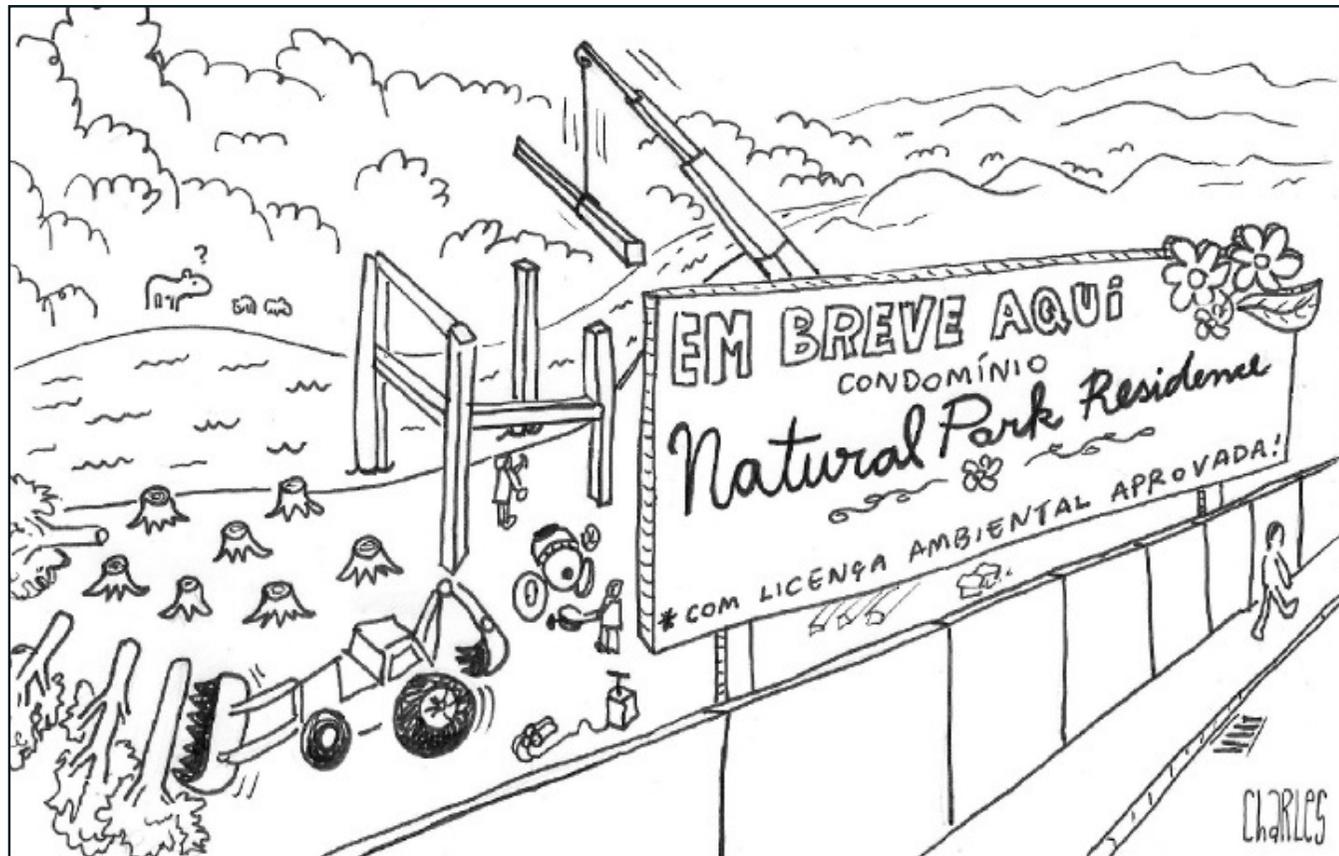
*"Dê-me um cigarro  
Diz a gramática  
Do professor e do aluno  
E do mulato sabido  
Mas o bom negro e o bom  
branco  
Da Nação Brasileira  
Dizem todos os dias  
Deixa disso camarada  
Me dá um cigarro."*

Oswald de Andrade

## Oba, mais um Shopping!

Mais de 40 mil pessoas foram conferir a inauguração de um novo shopping em Blumenau, que agora já conta com quatro estabelecimentos deste tipo, com a perspectiva de aumentar ainda mais o número.

Muito da história recente de Blumenau poderá ser explicada ao confrontarmos o número shoppings com o de bibliotecas públicas na cidade.



## E o INPC entrou na planilha de custos do transporte coletivo!

Joãozinho e o Consórcio \$iga não param de surpreender a sociedade Blumenauense. Agora, o INPC, índice nacional que mede a inflação, foi utilizado de parâmetro para o cálculo do reajuste da passagem de ônibus.

Isso significa que produtos como alimentação, vestuário e lazer agora influenciam o preço da passagem. A pergunta é: o \$iga está abastecendo com feijão e soja os ônibus, e cobrindo-os com cobertores e mantos de noite?

## ASNEIRADADOMÊS

**"O [poder] Legislativo não pode gerar despesa para o [poder] Executivo."**

Deputado Jean Kuhlmann, manifestando-se em defesa do não-pagamento do Piso Nacional para os professores de Santa Catarina.

## Ato falho?

O então diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Strauss-Kahn, recentemente surpreendeu a opinião pública mundial ao estuprar uma camareira de origem guineense no hotel em que estava hospedado, em Nova Iorque. Mas se o ato surpreendeu a imprensa estadunidense e europeia, não deveria produzir o mesmo efeito sobre a imprensa dos países da África, Ásia e América Latina. Afinal, estes são violentados cotidianamente pelo órgão então dirigido por Strauss.

## Impasse urbano

Dirigido por Juliana Kroeger e Fernando Evangelista, o documentário Impasse, que traz um relato aprofundado sobre as manifestações contra o aumento da tarifa do ônibus e o debate sobre transporte coletivo em Florianópolis em 2010, está disponível na Internet no site [www.filmesquevoam.com.br](http://www.filmesquevoam.com.br).

O vídeo, com 52 minutos de duração, foi doado pela produtora Doc Dois Comunicação à Videoteca Sinsepes, aberta a todos os servidores da FURB.

Com cenas não exibidas em nenhum canal de televisão, o documentário flagra a violência dos policiais militares contra manifestantes e dialoga com usuários, trabalhadores, especialistas e empresários do transporte para discutir a mobilidade urbana nas cidades contemporâneas.

Saiba mais no site oficial do documentário: [www.impasse.com.br](http://www.impasse.com.br)



E um recado urgente do Sinsepes para os educadores em greve:

**"Nós não aceitamos o Deschamps de volta!"**

# O STF saiu do armário!

Enfim, o reconhecimento da União Estável Homoafetiva

POR SALLY REJANE SATLER, advogada <sally.satler@gmail.com>

**H**á muito que os movimentos LGBT e de Direitos Humanos lutam pelo reconhecimento da união civil entre pessoas do mesmo sexo. No Congresso Nacional, entre pautas e engavetamentos, após as eleições de 2010, a possibilidade de por novamente em votação o projeto reavivou as esperanças na conquista deste direito e legitimação da igualdade entre todos, proclamada pela Constituição Federal de 1988.

Enquanto se esperava a lenta movimentação do Congresso, o Supremo Tribunal Federal (STF) surpreendeu a todos neste mês de maio, quando, por unanimidade, reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo. Uma conquista importantíssima e uma demonstração de maturidade e compreensão jurídica por parte dos nossos ministros. Afinal, o último censo revelou a existência de aproximadamente 60 mil famílias constituídas por pessoas do mesmo sexo no Brasil. Independentemente dos números, não é possível condená-las à invisibilidade.

A decisão surpreendeu também a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), composta por 76 deputados federais e três senadores, que há muito se articula para impedir a união civil de pessoas do mesmo sexo. Aliás, estranho não se questionar a existência de uma frente parlamentar em defesa de crenças religiosas em um país constituio-

nalmente laico, ou seja, deputados e senadores movidos por interesses e crenças pessoais, e não pela garantia da igualdade de direitos a todos os cidadãos. A mais recente articulação da FPE culminou na suspensão da circulação do kit anti-homofobia nas escolas, em troca de favores políticos para o Governo Dilma. E, neste momento, a FPE vem anunciando estratégias com o objetivo de desviar o foco das discussões em torno da aprovação da união civil homossexual, ainda que inócuas do ponto de vista jurídico.

Uma das estratégias é apresentar um projeto de lei que garanta a toda igreja o direito de não ser obrigada a realizar casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Obviamente, a Constituição já garante a ampla liberdade de crença, e seria impossível uma imposição estatal às igrejas de celebrar casamentos religiosos homossexuais. Outra tentativa, capitaneada pelo presidente da FPE, o deputado João Campos (PSDB-GO), constitui na elaboração e aprovação de um decreto legislativo que pretende reafirmar a competência do Congresso para tratar da matéria, numa tentativa de sustar os efeitos da decisão do STF. Também inócua, porque o STF não criou uma nova lei, apenas interpretou-a conforme a Constituição, que prima pela liberdade, igualdade de direitos e dignidade humana. Assim, resta perguntar se realmente os deputados da FPE não sabem o que fazem ao buscar essas 'soluções' legislativas tão

simplórias, ou se apenas querem confundir a opinião pública, ou ainda pior, criar um factóide para a mídia, numa luta contra os direitos civis para homossexuais.

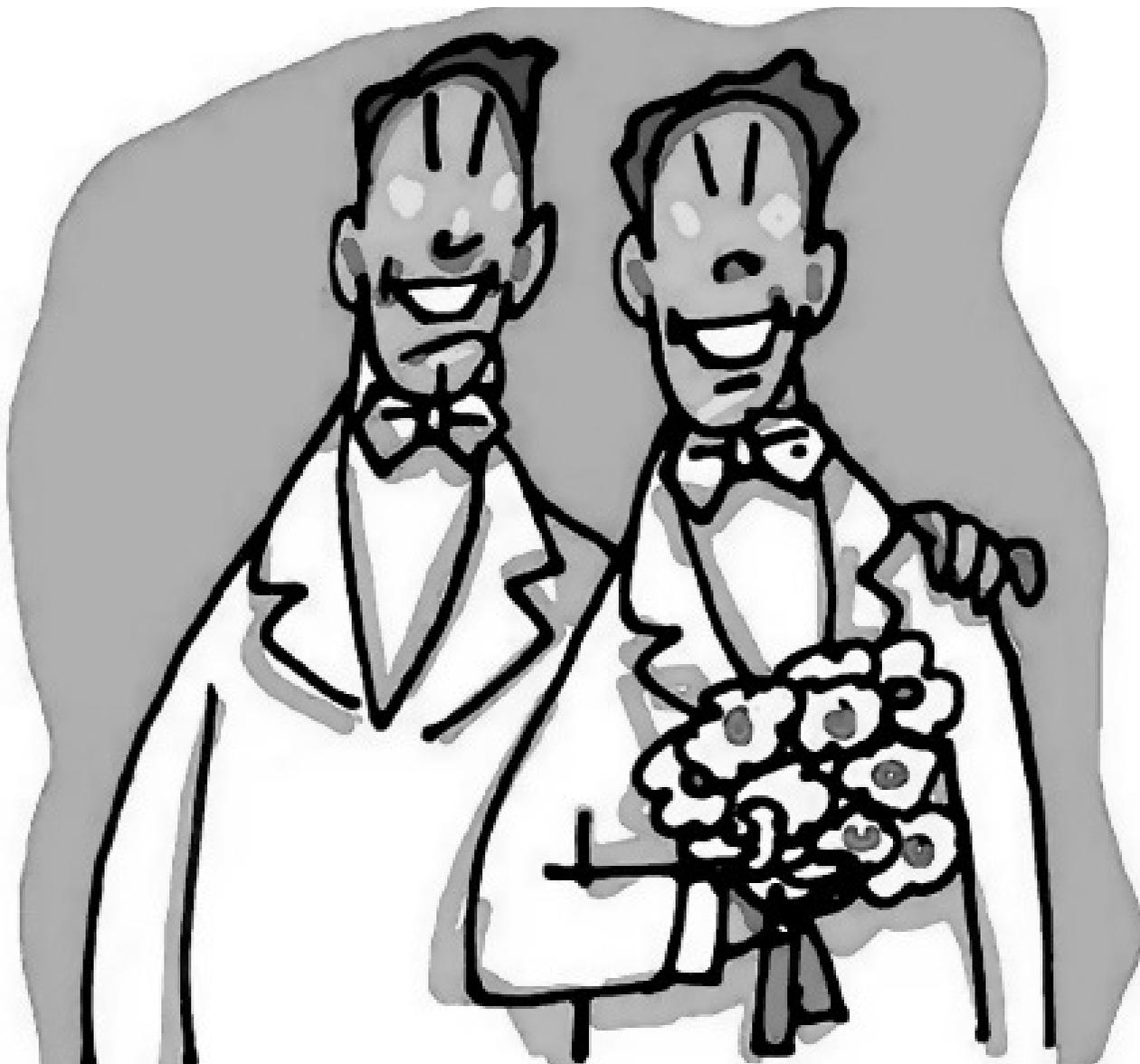
Para fazer valer seus direitos, os casais homossexuais ainda terão que buscar os tribunais em muitas situações, mas agora respaldados pela decisão do STF. Ou seja, antes do reconhecimento da união homossexual, direitos como herança e divisão de bens poderiam ser negados no Judiciário, enquanto que agora, da mesma forma que uma família heterossexual, tais direitos podem ser buscados com mais segurança perante a Justiça, amparados na decisão da Corte Suprema.

É importante enfatizar que a decisão não preenche totalmente a lacuna deixada pelo Legislativo, que deverá regulamentar as relações decorrentes do reconhecimento da união. Em nível local, também é necessário e urgente mobilizar os poderes Executivo e Legislativo para regulamentar, por exemplo, o direito de pensão dos servidores homossexuais junto aos planos de previdência municipais (como por exemplo, o ISSBLU, e também em nível estadual, o IPESC/IPREV).

Por isso, entendo que essa conquista constitui somente uma etapa de um longo processo de luta. Ainda há muito a ser conquistado, e muitos são os interesses e preconceitos a serem combatidos.

Mas afinal, o que efetivamente muda a partir dessa decisão que reconheceu a União Estável entre casais do mesmo sexo? A partir desse momento, os casais homossexuais passaram a ser considerados uma entidade familiar, com direitos de herança, comunhão de bens, pensão alimentícia, pensão por morte, plano de saúde, entre tantos outros. Essa decisão tem efeito vinculante, ou seja, os outros tribunais do país deverão segui-la em julgamentos que tratem do assunto. Assim, as regras serão semelhantes nos casos de União Estável envolvendo tanto casais heterossexuais quanto casais homossexuais.

No momento, mais importante que celebrar essa conquista, é fazer valer esse direito. Por isso, conclamo a todos os casais homossexuais que compareçam a um cartório e firmem a Declaração de União Estável, como um ato de legitimação perante o Estado, à sociedade e seus familiares; pois, nesse caso, é um ato de rebeldia ante a fragilidade legal dessa união, uma teimosia, não uma convenção; fortalece a luta e o debate em favor do reconhecimento da união civil homossexual e de seus direitos mais básicos. "É o tempo da travessia, e se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos", citando Fernando Pessoa, tal como o Ministro Luiz Fux fez em seu voto no STF.



**“Uma sociedade decente é uma sociedade que não humilha seus integrantes. O tribunal lhes restitui o respeito que merecem, reconhece seus direitos, restaura sua dignidade, afirma sua identidade e restaura sua liberdade”**

*Ellen Gracie, Ministra do STF, ao pronunciar o seu voto favorável à união estável entre pessoas do mesmo sexo.*

**“Que não se separe por um parágrafo, o que a vida uniu pelo afeto”**

*Ayres Britto, Ministro do STF, na leitura de seu voto, fazendo menção a uma leitura literal e simplista do dispositivo constitucional que trata da união estável (art. 26)*



Em ato na escadaria da Catedral São Paulo Apóstolo, professores de Blumenau usaram diplomas em repúdio à proposta de achatamento salarial feita pelo governo Colombo (Fotos: Leo Laps)

# Uma greve pela valorização do ensino público

Professores e profissionais da Educação de Santa Catarina paralisam atividades pelo direito ao Piso Salarial Nacional, uma das conquistas mais importantes para a melhoria da Educação no Brasil

POR LEO LAPS, jornalista do SINSEPE <leolaps@gmail.com>

A greve dos trabalhadores da rede pública de ensino básico de Santa Catarina pela aplicação da Lei no 11.378/08, que determina piso salarial nacional de R\$ 1.1187,00 para professores e profissionais da Educação, chegou aos primeiros dias de junho com possibilidade de acordo entre o SINTE/SC, sindicato que defende a categoria no Estado, e o governo. Iniciada no dia 18 de maio como resposta à primeira proposição do Executivo, que achatava o plano de carreira dos educadores no Estado – propondo, entre outras medidas, que um professor com doutorado ganhasse cerca de R\$ 300 a mais do que um com ensino médio –, a paralisação conta com a adesão de 90% dos trabalhadores e tem recebido forte apoio da comunidade e da imprensa.

“Até a mídia está sendo favorável à greve, sendo que em momentos anteriores víamos o noticiário mais focado nos aspectos negativos das paralisações. A população também entendeu que é preciso valorizar mais o professor para termos um país mais igual”, opina Geraldo Niada, que dá aulas há 21 anos pelo Estado. “Antes, tínhamos de convencer todo mundo de que estávamos certos em fazer greve por direitos como o 13º salário, por exemplo. As pessoas agora perceberam que há

uma lei, um direito adquirido, que o Estado precisa cumprir”, avalia o professor aposentado Feliciano Perini, 32 anos de serviços ao ensino público no Estado.

A greve iniciada em Santa Catarina faz parte de um movimento muito mais amplo do que a maioria dos jornais e telejornais vem noticiando. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) registrava, no início de junho, paralisações em mais cinco estados: Amapá, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe. Ainda segundo

**Paralisação conta com a adesão de 90% dos trabalhadores**

a entidade, no Espírito Santo, Mato Grosso e Pernambuco as greves estavam prestes a começar.

O governador Raimundo Colombo não aceitou tão facilmente a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que no dia 6 de abril julgou constitucional a Lei do Piso, quase três anos após a sua aprovação no Senado, em julho de 2008. Naquele mesmo ano, três dias após o segundo turno das eleições municipais, cinco governadores, entre eles Luiz Henrique da Silveira (antecessor de Colombo no governo

de Santa Catarina), entraram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) contra a nova norma. Conseguiram incluir no valor do piso, por mais de dois anos, gratificações e vantagens como regência de classe e abonos – uma grande derrota para a categoria em todo o país, que teve de esperar todo este período pela posição final do STF, que finalmente está obrigando Colombo a valorizar os quase 40 mil profissionais da Educação do Estado e pagar o que lhes é de direito.

A primeira proposta do governo, que desencadeou a greve, visava a divisão da categoria, já que elevava os salários de cerca de 30% dos grevistas, principalmente os temporários (ACTs), mas congelava os vencimentos do restante dos profissionais. A Secretaria do Estado de Educação divulgou uma nota oficial em horário nobre, nos principais canais de televisão do Estado, em que afirmava ter feito o melhor possível para atender ao magistério e ordenava o retorno imediato às salas de aula. A estratégia não teve o efeito desejado pelo governo: pelo contrário, fortaleceu ainda mais a greve. Tanto que, depois de preferir diversas vezes a impossibilidade orçamentária para repassar o valor do piso a toda a carreira, Colombo teve de começar a negociar com o SINTE/SC. No dia 6 de junho, uma

reunião em Florianópolis poderia definir um retorno às aulas com vitória para a Educação catarinense, com promessa de concurso público em até 12 meses (corrigindo o excessivo número de professores temporários, fruto de anos sem novas efetivações), anistia aos grevistas de 2008, abono aos grevistas de 2011 e formação de uma comissão para calcular uma nova tabela salarial em até quatro meses. Segundo informações do blog do jornalista Moacir Pereira, o principal entrave da reunião foi o percentual da regência de classe. O sindicato quer a manutenção dos 25% sobre o salário, o governo oferece, no máximo, 20%.

## A VERBA EXISTE

Alegando “surpresa” com a decisão, o governo do Estado usou um único argumento para ignorar o plano de carreira do magistério público: falta de verba. Entretanto, poucos dias após o início da greve, foram divulgadas informações da Diretoria de Auditoria Geral da Secretaria da Fazenda do Estado sobre desvios no FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), um dos principais recursos para o sistema de ensino público no Brasil. Boa parte do dinheiro que deveria levar qualidade para as escolas do Estado e dignidade para os profissionais do magistério vinha sendo utilizada para complementar orçamentos cada vez mais inchados do Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Enquanto o sistema educacional de um dos estados mais economicamente desenvolvidos do país (responsável pelo 6º maior PIB do Brasil em 2008, segundo o IBGE), experimenta graves problemas de infraestrutura e condições de trabalho, com professores trabalhando até 60 horas semanais em sala de aula para garantir um salário digno, o relatório revelou que, em 2009 e 2010, o governo do Estado gastou respectivamente 17,94% e 19,68%



Grevistas tem se reunido diariamente no

da receita líquida de impostos em Educação – abaixo dos 25% garantidos pela Constituição Federal. Além disso, o governo LHS incluiu indevidamente, desde 2003, os gastos com inativos no orçamento do Estado para a Educação (quando deveriam fazer parte dos gastos da Previdência Social), chegando a um desfalque de R\$ 2,8 bilhões em oito anos. Será mesmo que Colombo, apoiado nas eleições por LHS, não sabia de nada disso? De qualquer forma, ignorância nunca é o melhor argumento para um governante que se julga preparado.

“A verba existe, basta o governo reorganizar suas despesas”, afirma o professor Janilson Lotério, da diretoria regional de Blumenau do Sinte/SC. O escândalo recente das aposentadorias de até R\$ 38 mil na Assembleia Legislativa do Estado ajuda a confirmar a fala do educador.

Além dos desvios no FUNDEB e manipulações no orçamento, há um outro problema a ser sanado: a má gestão de recursos públicos em licitações obscuras ou mal-executadas. Maria Regina Werner Baad, que leciona na Escola de Ensino Básico Governador Celso Ramos, em Blumenau, denuncia que a merenda escolar, terceirizada por empresas privadas, traz, no papel, um determinado cardápio, e no prato dos estudantes, outro. “Em vez de carne, servem bolacha com leite. E se um estudante pega uma fruta, é contabilizado pelas empresas como mais uma refeição”, afirma a professora. Cíntia Priscila Cristofolini, da Escola Arno Zadrozny, cita o material escolar de péssima qualidade fornecido pelo governo. “É tesoura que não corta, cadernos com papel muito ruim. Os alunos acabam nem usando”, conta a professora.

## MUDANÇAS SOCIAIS

A reivindicação de salários mais dignos pode parecer meramente uma pauta econômica. Mas quando se trata de Educação, no Brasil, a Lei do Piso surge como peça fundamental para diminuir a desigualdade social da sociedade brasileira. “Os tra-

balhadores em Educação tem neste momento uma grande oportunidade para começar a mudar o país”, afirma Lotério.

Uma propaganda recente do Ministério da Educação (MEC), veiculada na tevê aberta, relacionava alguns países, como Inglaterra, Finlândia, Coreia do Sul e Holanda, que haviam atingido altos níveis de desenvolvimento social e econômico. Então, o narrador perguntava: “qual profissional foi responsável por isto?”. A resposta dos cidadãos de cada uma daquelas nações era multilíngue, porém uníssona: “o professor”.

Mas o Brasil emergente, dono das jazidas do pré-sal, peça cada vez mais importante no cenário político e econômico do planeta, segue alimentando uma das mais contraditórias estatísticas: em relatório de 2010 da Organização das Nações Unidas (ONU), aparecemos como um dos países mais desiguais do mundo, com números que se aproximam aos de Madagascar, Haiti, Tailândia e Camarões. Mas qual seria a fórmula dos países citados na propaganda do MEC? O documento da ONU dá a dica em poucas sentenças: “Estudos realizados em países com altos níveis de renda mostram que a mobilidade educacional e o acesso à educação superior foram os elementos mais importantes para determinar a mobilidade socioeconômica entre gerações”.

O acesso à educação gratuita e de qualidade, da infância à universidade, deve ser visto cada vez mais como um direito de todo cidadão brasileiro, afim de que tenhamos, um dia, uma nação mais igualitária. Por isso, políticas de formação contínua e valorização profissional dos professores da rede pública devem ser prioridade dos próximos governos, como orienta o documento-base da última Conferência Nacional de Educação (CONAE). Se a luta por mais dignidade na profissão faz parte da experiência docente, como o mestre Paulo Freire bem ilustra na capa desta edição, que ela encontre cada vez mais eco em toda a sociedade e em seus representantes.

## Os ACT do estado de Santa Catarina

POR LUIZ HEINZEN, *tesoureiro do SINSEPES e professor ACT desde 1996* <luizh53@gmail.com>

**N**o momento em que a discussão sobre o pagamento do piso nacional dos professores ganha destaque na mídia, imagino que seja útil fazer alguns esclarecimentos à sociedade sobre fatos pouco divulgados à população.

Você sabe o que é o Professor Admitido em Caráter Temporário, o ACT?

É o professor contratado anualmente em meados de fevereiro para trabalhar até meados ou final de dezembro de cada ano, portanto com 10,5 ou 11 salários por ano, sem direito a Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - apesar de contribuir para o INSS. Para o ano seguinte, este profissional não tem garantia de que será contratado, e em que escola haverá vagas para atuar.

Por que este profissional se sujeita a este tipo de contrato?

Porque desde 2005 o Estado de Santa Catarina não realiza concurso público para professores efetivos no Estado. Dados da Secretaria da Fazenda de Santa Catarina, referentes ao mês de agosto de 2010, os últimos disponíveis na página do órgão, indicam a existência de 9.122 ACTs com Habilitação 300, ou seja, professores com Licenciatura Plena, e outros 6.052 ACTs com Habilitação 100: pessoas contratadas para lecionar sem ter cursado uma Licenciatura. Há ainda 736 outros ACTs com Habilitação 150, 10, e outras.. Professores efetivos (sem especificar a Habilitação) formam um contingente de 17.733 trabalhadores, recebendo em média R\$ 2.459,97, ao passo que os ACTs com Habilitação 300 recebem, em média, R\$ 1.190,05.

Daí compreende-se o porquê da não realização de novos concursos. Por que fazer concursos para contratar professores efetivos, se os ACTs são contratados de meados de fevereiro a dezembro e ainda se pode pagar menos da metade do que se paga a um professor de carreira? E como

### Por que fazer concursos públicos se os ACTs recebem menos da metade do que se paga a um professor de carreira?

ACTs o Estado pode contratar Profissionais da Educação (Habilitação 300) ou universitários das fases iniciais dos cursos para preencher as vagas faltantes.

Como motivo de reflexão fica o seguinte questionamento: Você deixaria seu carro nas mãos de um estagiário ou de um estudante de mecânica dos primeiros

semestres do curso de mecânica? É isto que o governo faz quando contrata universitários dos primeiros semestres para dar aula para seus filhos nas escolas públicas.

Se você tem seu filho matriculado em qualquer escola pública estadual, cobre de seus representantes políticos (aqueles que em época de eleições vivem afirmando que “Educação é prioridade”) a realização de concurso para professores efetivos e o cumprimento da lei que instituiu desde 2008 o piso nacional para os professores.

O que deveria estar sendo negociado com o Governo não é se ele vai reajustar o plano de carreira dos professores de acordo com o piso, mas sim como ele vai pagar o retroativo, já que a lei existe desde 2008.

Enquanto a sociedade não valorizar o profissional da Educação, nossos representantes políticos estarão mais preocupados com o teto dos parlamentares que com o piso dos professores.

## Da Lei do Piso à greve

**Em julho de 2008, foi aprovada pelo Senado a Lei 11.738, a Lei do Piso, que regulamenta o piso salarial nacional para os trabalhadores em educação. Atualmente, nenhum profissional do magistério público deve receber menos de R\$ 1.187,00 como vencimento.**

Três dias depois do segundo turno das eleições municipais daquele ano, os governadores de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul e Ceará ingressaram no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a Lei do Piso, alegando falta de verba para aplicá-la. A medida contou com o apoio dos governos de São Paulo, Minas Gerais, Tocantins, Roraima e Distrito Federal.

**Em dezembro, o STF julgou parcialmente procedente a Adin movida pelos cinco estados, e decidiu que os governadores deveriam adequar seus orçamentos para aplicar a Lei do Piso a partir de 1º de janeiro de 2009, com a possibilidade de**

**agregar gratificações e vantagens para atingir o mínimo. Esta regra valeria até o julgamento final da Lei 11.738/08.**

Em março de 2010, trabalhadores em Educação de todo o país fizeram um ato em defesa da implantação do Piso Salarial Nacional.

**No último dia 6 de abril, o STF julgou improcedente a Ação movida pelos estados e ordenou que a Lei do Piso fosse aplicada imediatamente em todo o país. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que tem como base centenas de sindicatos do país, deu prazo até 11 de maio para que os governos estaduais passassem a pagar conforme a legislação.**

Com a proposta de achatamento salarial proposta pelo governo de Raimundo Colombo, os trabalhadores em Educação de Santa Catarina entraram em greve no dia 18 de maio, contando com uma adesão de cerca de 90% em todo o Estado.



Colégio Pedro II, de onde partem passeatas e outras manifestações coletivas



Tony Hall (www.flickr.com/tonyhally)

# “Por uma vida melhor”, a condenação de um livro

POR OSMAR DE SOUZA, professor Doutor do Mestrado em Educação da FURB <osmar@furb.br>

**P**ara que o leitor deste artigo me entenda, preciso situar de que lugar falo. Sou formado em Letras, Mestrado em Ciência, com ênfase em Literatura e Doutorado em Linguística. Por muitos anos lectionei no ensino fundamental, médio e superior com Língua Portuguesa. Faz, no entanto, mais de 15 anos que não mais atuo com aquela disciplina, pelo menos com as ementas que mantinham. Atuo na pós-graduação em Educação em que meu foco é a linguagem, mas com outras abordagens teóricas e metodológicas.

Diante disso, posicionar-me sobre o polêmico livro *Por uma vida melhor*, de Heloisa Ramos, que tem merecido as mais controversas manifestações impõe-me cautela por duas razões: a) não venho lecionando Língua Portuguesa com foco em questões gramaticais; b) não conheço o livro. Mas trabalho especificamente no curso de Letras da FURB, com Língua Portuguesa VI, cuja ementa se volta para questões sociolinguísticas. E é deste lugar, então, que posso me pronunciar pelo que andei ouvindo, assistindo e lendo.

Indico a leitores de outras áreas de conhecimento um artigo. O leitor o encontra na internet, de Dante Lucchesi, professor na Bahia. O título já aponta para itens para os quais quero chamar a atenção: “Racismo linguístico ou ensino democrático e pluralista?” Mas o leitor pode buscar autores que há anos vem se debatendo e pesquisando sobre os problemas apontados por quem vem criticando o livro, como Marcos Bagno, Ilse Scherer, Tânia Alckmim, entre tantos. Fora do Brasil o número de autores que vem se

debruçando sobre as variações linguísticas é muito amplo, e no geral desconstroem a ideia de uma língua em uso uniforme. Mas reconhecem que a escola historicamente tem se voltado para o ensino de uma norma, a culta, privilegiada.

A variação linguística tem uma trajetória já longa. Mas, pelo que consta, e a reação das pessoas revela isso, tem se restringido ao campo de Letras. E mesmo nele há resistências de profissionais formados

**A noção de “certo x errado” vem sendo substituída por adequado e inadequado, mas vai muito além do que preceitua a gramática**

nas décadas de 60 a 80 ou mesmo recentemente, que insistem fazer de aulas de Língua Portuguesa, ensino sistemático de normas, o que leva as pessoas a produzirem a noção de que saber uma língua é conhecer a sua gramática. Isso pode levar também a um equívoco do que significa conhecer uma língua estrangeira.

Pela explicação dada por Lucchesi, antes mencionado e pelo que ouvi em uma entrevista de uma professora de escola pública numa emissora local de televisão, que demonstrou ter analisado o livro, vai ao encontro do que conheço. O aluno merece saber que a língua é dinâmica. A noção de “certo x errado” vem sendo substituída por adequado e inadequado, mas vai muito além do que preceitua

a gramática, ou as gramáticas. Um exemplo simples poderia ilustrar: como as pessoas acham inadequado dizer “os livro”, um dos exemplos, do livro criticado, é também dizer “parem com esta animosidade”, dirigindo-se aos filhos, em casa, diante de uma discussão, normal entre crianças, só porque há uma visita em casa.

A questão do preconceito linguístico, um dos pontos contestados, precisa ser entendida de uma forma mais ampla. Acompanha um conjunto de discussões do que se poderia falar do “politicamente correto”, ou de “ações afirmativas”. Sabe-se que as classes populares tem sido discriminadas pelo seu falar. Na sala, não raro alunos deboçam uns dos outros não só pelos desvios de concordância, menos isso, mas muito mais por pronúncias que lembram os sotaques de diferentes imigrantes. Não raras vezes isso pode se tornar até casos de *bullying*. O professor de Língua Portuguesa, com fundamento na sociolinguística, pode mediar ações que levem a considerar essas ocorrências, neutralizando possíveis efeitos negativos. É nessa lógica que vejo a questão e não entendo o motivo de condenar um livro, repito, não o conhecimento, porque dá o direito ao aluno de usar o seu registro, que já sabe, sem culpa, mas distinguindo-o de situações formais. Acrescento que as ocorrências de não concordância, regências impróprias, colocação pronominal, para falar do que mais se menciona, não é privilégio de classe social. Em situações não monitoradas, todos cometem inadequações.

Cabe lembrar ainda que a polêmica só surgiu porque estava es-

crita. Quando se fala em gramática, há que se distinguir a gramática que é ensinada na escola e a gramática internalizada que a pessoa vai construindo ao longo de sua vida. Quem critica o livro desconhece esta última. Por esta, quando uma criança diz “cabeu”, ela apenas seguiu um paradigma do vender, vendeu, prender, prendeu. A primeira vai dizer ao aluno que neste caso é “coube”. Além disso, o que se aplica à língua escrita nem sempre é válido para a língua falada, mesmo em situações formais. Quem leciona, se gravasse suas aulas, ou se em reuniões de colegiados houvesse gravações, as pessoas se surpreenderiam com as mesmas impropriedades criticadas no livro. Cito duas ocorrências, o emprego do “tu” conjugado como você e o uso dos “houveram”. O problema é que na fala a maioria das manifestações são inconscientes. Quando se escreve ou se fala formalmente, é a consciência que controla os registros linguísticos.

Então, penso que o livro aborde as diferenças linguísticas como fatos e não como deficiências. Deve ser um capítulo. E o restante? Alguém se deu ao trabalho de analisar o livro integralmente, suas consonâncias com os parâmetros curriculares? Isso me parece mais útil para o debate acadêmico e social.

Esclareço, por último, que tenho minhas diferenças com a atual política do Ministério de Educação, por extensão, com o Ministro. Refiro-me à avaliação de desempenho de alunos, entre os quais o ENEM, e a problemas com a merenda escolar. Mas neste caso do livro, os críticos precisam conhecer por dentro o problema.

# Direitos autorais

## Uma questão que vai além do aspecto jurídico



Este estêncil é licenciado © 2006 Walt Disney Company. Obrigado. (Foto: Chris Schmich)

POR MÁRCIO CUBIAK, produtor cultural e aluno do Mestrado de Desenvolvimento Regional da FURB <libidinagens@gmail.com>

Até o dia 15 de julho, o Ministério da Cultura (MINC) deverá encaminhar à Casa Civil novo anteprojeto com a revisão da Lei de Direitos Autorais (LDA). Antes disso, o MINC abre novo certame de consulta pública, entre os dias 25 de abril e 30 de maio, visando contemplar as “múltiplas visões” sobre o tema, desejando uma proposta de maior “consenso”. A Secretaria de Direitos Intelectuais “detectou sete pontos que merecem aperfeiçoamento e consenso”. Cabe lembrar que o Ministério da Cultura já havia feito uma extensiva consulta pública sobre o assunto. Este tema, fundamental para o campo artístico e econômico na contemporaneidade, é também objeto de polêmica desde o início da gestão de Ana de Hollanda.

O Ministério da Educação e Cultura foi criado em 1953, mas somente em 1975 é que se organiza uma política nacional de cultura. No entanto, a institucionalização da cultura ocorre de maneira desigual ao longo do território nacional. Foi sempre marcada pela fragilidade institucional que conduziu o país a assistir, por exemplo, a criação do Ministério da Cultura, em 1985 para ser desmantelado pelo governo Collor, em 1990, sendo recriado em 1993, no governo Ita-

mar Franco. O dado mais chocante é que num período de 09 anos (1985-1994) nada mais que dez ministros passaram pela incipiente e frágil estrutura da época. Durante o mandato de Fernando Henrique, foi notório e crítico o abandono das políticas culturais por parte do Mi-

nistério da Cultura. Esse período é lembrado pelo slogan “Cultura é um bom negócio”.

Os últimos 08 anos do Ministério da Cultura, sob a gerência de Gilberto Gil e Juca Ferreira, o Estado teve sua atuação redefinida. “Formular políticas culturais é fazer cultura”, dizia Gil. Foi um período importante para conceituação do que é Cultura para a gestão pública, tendo como consequências um olhar mais abrangente do governo federal sobre a noção de cultura, numa perspectiva antropológica, sociológica e econômica. Encorajou-se a Cultura como um

direito social fundamental das pessoas. Assistiu-se, também, a sanção pelo presidente da República do Plano Nacional de Cultura permitindo a volta do planejamento público na área; desenhou-se um Sistema Nacional de Cultura; aconteceram duas edições da Con-

ferência Nacional de Cultura, arena que se legitimou como espaço público de orientação na produção de políticas públicas. Por fim, a ampliação gradual do orçamento da pasta, finaliza o reposicionamento democrático do Estado. Pesa contra essa gestão, a sua dificuldade em apresentar uma proposta alternativa para a dependência nacional em torno das leis de incentivo, a Lei Rouanet.

A atual querela, portanto, deve ser analisada a partir desse contexto, em que novos atores sociais aparecem no conjunto da esfera pública. Eu mesmo participei da 2ª

Conferência Nacional de Cultura, em 2010, e pude ver a pluralidade de sujeitos e, consequentemente, de interesses. Essa teia inclui territorialidades que vão da tradição à pós-modernidade. Essas transformações institucionais no MINC foram acompanhadas por demandas de base territorial, que por sua vez, impactaram as gestões municipais e estaduais. Os Pontos de Cultura talvez sejam os melhores exemplos dessas territorialidades emergentes na produção de políticas públicas, em rede e baseada em outras hierarquias. Uma delas é a Cultura Digital.

Se neste cenário, um dos grandes desafios não resolvidos pelo MINC foi a Lei Rouanet (somente em 2010 é sistematizada uma proposta alternativa, o PROCULTURA), outro ponto tratado com muito receio pelo governo federal diz respeito à revisão dos Direitos Autorais. Repetindo chavões, o Brasil possui a 4ª pior Lei de Direito Autoral do mundo. Isto quer dizer que a atual Lei 9.610, de 1998, representa entraves ao compartilhamento da cultura e da educação. Falta, também, uma gestão mais transparente desses direitos e dos recursos arrecadados por entidades como o ECAD. O Direito Autoral expressa um conjunto de direitos que o criador de obra intelectual exerce sobre suas criações. Este se divide em direitos dos autores (que diz respeito à pessoa física criadora de obra, de quem expressou a ideia e a pôs em um suporte material) e os Direitos conexos (referente à titularidade da obra). Sobre essas, incidem direitos morais e patrimoniais.

A grande questão é que, por detrás de um debate aparentemente ligado ao campo jurídico, estão interesses econômicos de um segmento que não para de crescer mundo afora, movimentando centenas de bilhões de dólares. A Economia Criativa, apesar de seu discurso, ainda tem como base a acumulação capitalista e seus interesses e lobbies. Como afirma David Harvey, a cultura tornou-se um dos últimos monopólios que geram acumulação, através da apropriação da monopolística.

Noutra ponta, a cultura aparece cada vez mais territorializada pela política, onde a cultura aparece como um recurso para a melhoria sociopolítica de suas realidades. Ou seja, a política e cultura cada vez mais se transversalizam. Esses sujeitos que passaram a participar da produção de políticas públicas de cultura nos últimos 08 anos, em sua maioria, comungam do pressuposto da democracia cultural.

É essa, ao que me parece, a disputa instaurada na arena cultural, e que pode ser percebida nessa querela em que a nova ministra, apenas cinco meses após sua posse, se encontra. Ao verificar o perfil dos atuais gestores e sua atuação no campo cultural, verifica-se uma aproximação com segmentos e lobbies dessa chamada Economia Criativa, cujos interesses não são tão criativos assim, com o perdão do trocadilho. Se Gil foi o ministro tropicália, Jucá foi o ministro que buscou sua legitimidade na multiplicidade democrática de vozes que ganham sonoridade nos últimos anos. Ana, por sua vez, alia-se mais aos interesses dos produtores do Eixo Rio-São Paulo e sua noção mercantilizada de cultura.

## LITERATURA

# Flores na cabeça

POR **RODRIGO OLIVEIRA**, escritor

**C**omeçou quase imperceptível. Apenas uma sutil vibração, breve mas insistente, percorrendo a poeira da estrada de terra cercada de flores sob o céu azul primaveril. No cenário quase bucólico, as casas de tijolos à vista à beira da rua pareciam guardar segredos silentes por trás das fugas brancas das paredes e dos gramados cercados de pétalas, canteiros e aromas de bolos de banana com farofa. Foi só muito aos poucos, a lentos passos, que a melodia se fez, de fato, audível. Um assobio que saltitava alegre nas notas de diapasão, embalando as flores numa dança discreta na brisa suave que o vento soprava com cuidado exagerado.

O assobio nascia num vão entre um par de lábios volumosos de tom café, contornados por uma barba baixa que cobria um rosto de onde espiavam olhos curiosos. A mochila nas costas jingava com o andar cadenciado ditado pelos passos errantes das botas de solado grosso e couro resistente empoeirado. A camisa listrada retribuindo as cores das flores que margeavam o caminho.

Parou à sombra de uma árvore de copa recém podada, próxima a uma casinha de tijolos aparentes e floreiras nas janelas, admirando o telhado pontiagudo. Cessou o assobio ouvindo com prazer o silêncio da rua decorada e o som da brisa nas folhas. Sentou à beira da estrada, deitou ao chão a mochila e bebeu a água fresca de um cantil de alumínio, dividindo o espaço com as borboletas das flores junto à cerca, logo ao lado.

**Se perdeu na delicadeza das asas** e nem percebeu a chegada da criança loura que saltitava saindo do jardim bem aparado da casa. Foi o som do riso da menina que o despertou. Mas quando a criança o viu, hesitou desconfiada, parando junto ao portãozinho de madeira.

— Oi — Foi ele quem cumprimentou, jovial.

A criança não respondeu e ficou brincando à distância, lançando-lhe um olhar de soslaio vez por outra, um tanto ressabiada. Ele riu e retornou a atenção às borboletas, que vinham lhe brincar nos braços. Tocou com a ponta do dedo as asas coloridas e viu o inseto levantar voo até pousar-lhe na cabeça. Mais uma risada infantil lhe chamou a atenção.

— Parece um laço — Divertiu-se a menina loura de vestidinho, apontando para a borboleta na cabeça do forasteiro. Ele riu com o chiste e a menina se aproximou.

— Você é um vagabundo? — perguntou a criança.

Ele se espantou, em princípio, mas logo riu mais uma vez com vontade, fazendo voar a borboleta da cabeça. Mas não. Ele era apenas um viajante.

— E o que faz um viajante?

— Viaja — respondeu sorrindo.

Colheu uma flor amarela e colocou no cabelo louro da menina.

— Pronto. Agora você também tem um laço.

Ela sorriu. Mas em seguida dirigiu um olhar preocupado para a porta da casa de tijolos aparentes e disse:

— Meu pai não vai gostar disso. Ele diz que

as flores têm que enfeitar o jardim.

— As flores ficam bonitas nos jardins, sim. Mas eu acho que elas deveriam enfeitar mais as cabeças das pessoas — respondeu o rapaz com calma.

— Ora, onde já se viu flor na cabeça? Lugar de flor é na rua. Ou na frente de casa. Minha mãe até chama um tio pra deixar elas bonitas ali perto da porta.

— Mas aí as borboletas não vão querer visitar a sua cabeça. No máximo vão passar pela sua rua, mas não vão querer pousar em você.

— Hum... Meu pai nunca falou nada sobre as borboletas.

— Deixa eu adivinhar: ele não tem flores na cabeça, tem?

— Não... Ele tem em volta de casa, tem na entrada da garagem, mas na cabeça nunca colocou, não... Mas você também não tem flor na cabeça e a borboleta pousou em você!

— É que quando você põe uma flor na cabeça uma vez, um pouquinho dela fica ali pra sempre. Como se fosse um perfume. Aí as borboletas percebem e acabam pousando em você.

— **Eu queria ter mais flores na cabeça.** Mas aí meu pai vai brigar. Elas tem que ficar aqui fora, pra deixar a fachada mais bonita e pra todo mundo ver que as borboletas passam por aqui.

— Talvez, se mais gente colocasse flores na cabeça, a gente não precisaria de tantas flores nas fachadas. As borboletas viriam da mesma forma e o perfume estaria sempre com a gente, em todos os lugares. Com as pessoas andando por aí, as flores iriam se espalhando pelas casas, pelas ruas, pelas outras pessoas. Haveriam flores e borboletas em todas as ruas.

— Ah! — a garota falou esperançosa, levantando o dedinho para o céu como quem lembrou de algo importante ou pede a vez para falar — Vou fazer como a minha mãe, então. Ela tem um arco de cabelo cheio de flores que nunca murcham. Vou usar sempre!

— Acho que esse não vai adiantar. As flores do arco são de plástico, não são de verdade. Por isso não murcham. Elas só parecem flores, mas se você olhar de perto vai perceber que elas não tem perfume, porque são de mentira. E as borboletas não vêm em flores de mentira. Quando uma flor é de verdade, ela pode até murchar algum dia, mas acaba deixando uma sementinha que vai fazer brotar outra flor. Assim elas se renovam e mantêm sempre o perfume.

— É melhor eu voltar pra dentro. Meu pai não gosta que eu fale com vagab... — com estranhos.

— Tudo bem. Foi legal conhecer você, viu?

**A menina retirou a flor do cabelo com cuidado** e a colocou no bolso do vestido. O rapaz sorriu tranquilo, sabendo que um pouco dela continuaria na cabeça da criança, que logo saiu correndo na direção da casa. O jovem levantou-se, colocou às costas a mochila e seguiu o caminho pela estrada de barro com algumas borboletas no seu encaço. Saiu assoviando a melodia alegre que ia desaparecendo da vizinhança das casas de tijolo à vista e cheiro de bolo de colono. A melodia foi baixando, baixando, sumindo, sumindo, até deixar no ar apenas aquela vibração quase imperceptível, que foi dando lugar ao som do vento nas folhas e o de alguma criança levando bronca por ter arrancado uma flor do jardim.



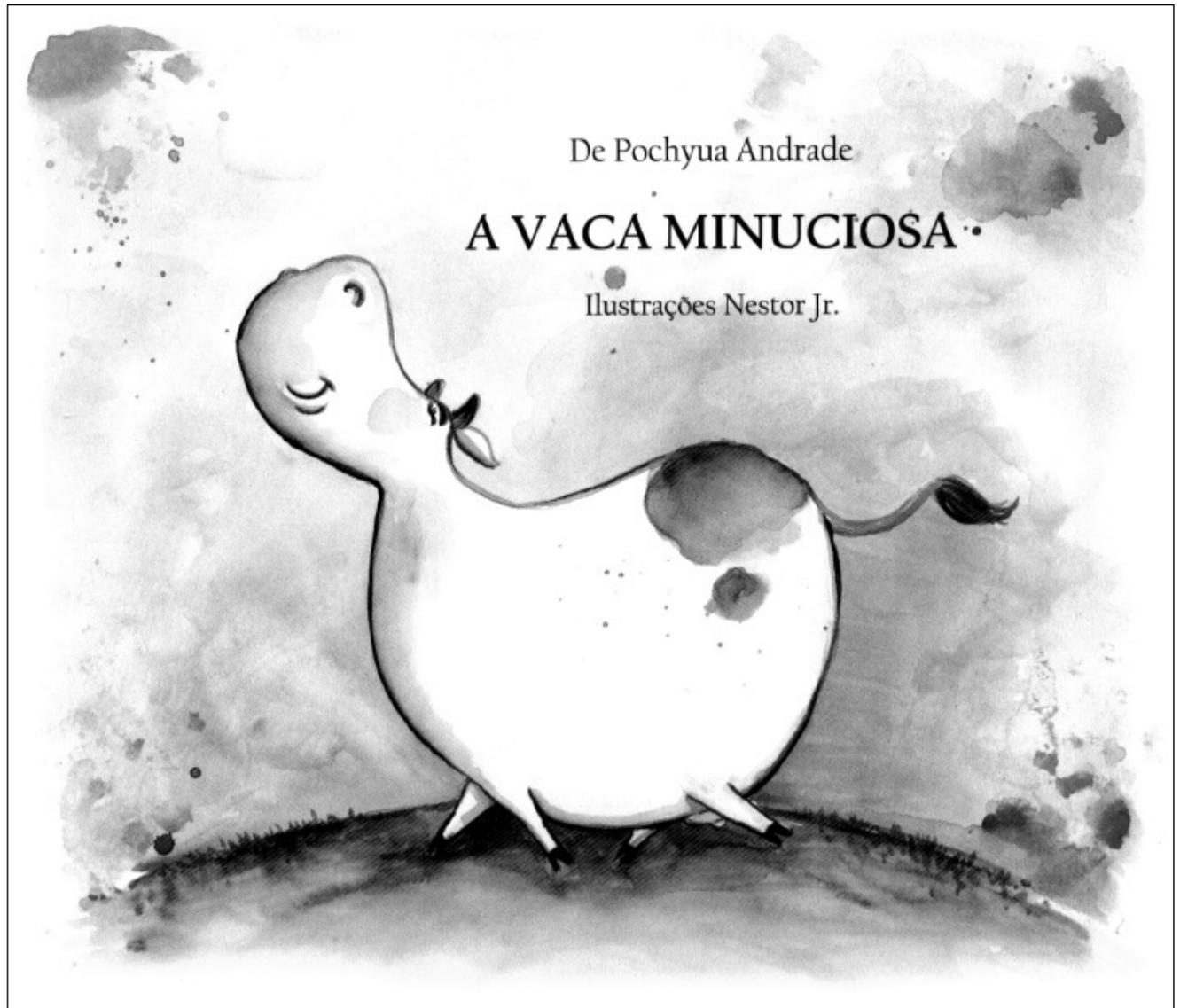
**H**á muito que a discussão sobre a existência de um gênero literário que possamos chamar de literatura infantil se tornou inócua. Haja ou não este território, importante é perceber a existência de textos tão especiais que são capazes de dialogar tanto com um público adulto e extensamente letrado, quanto com um público que inicia suas descobertas no mundo do verbo grafado. E não é difícil reconhecermos que um livro capaz de prender a atenção de uma criança, por natureza repleta de uma saudável, irrequieta e exigente curiosidade, torna-se também leitura altamente recomendável a nós, adultos, ainda que não tão curiosos.

Neste território não delimitado da literatura infantil, grandes clássicos já foram escritos. Para ficarmos apenas com os mais conhecidos, podemos citar *O Pequeno Príncipe*, de Antoine de Saint-Exupéry, *O menino do dedo verde*, de Maurice Druon, e *O menino maluquinho*, do nosso Ziraldo. São tantos os leitores que já se aventuraram com estes meninos da ficção, que difícil é encontrar alguém que no Ocidente não os conheça.

O Brasil, por sua vez, possui também rico e vasto acervo de autores que dedicaram suas penas à literatura cuja linguagem e universo pretendem atingir fundamentalmente nossas crianças e jovens. Além do já citado Ziraldo, nomes como o de Ana Maria Machado e do controvertido Monteiro Lobato são presença obrigatória em qualquer biblioteca infantil. Autores cujo texto respeita a inteligência dos seus leitores, não se rendendo às fórmulas fáceis de uma literatura puramente mercadológica, des preocupada com a qualidade da fábula e com as possibilidades que o “gênero” pode oferecer. E é importante que se diga isto, porque atualmente proliferam nas livrarias – e até mesmo sob semáforos – editores e autores que enxergam nos “livros para crianças e jovens” produtos de lucro fácil e rápido. Em Santa Catarina não é diferente. Na busca de autoria e alguma renda, diversos escritores vem publicando, seja através de editoras comerciais, seja através de edições próprias ou até mesmo financiados por fundos públicos de cultura, livros de qualidade duvidosa, com textos e ilustrações pobres em originalidade, grotescos erros ortográficos e gramaticais e narrativas confusas. Aproveitam-se estes autores e editoras da boa-fé de pais convencidos pelas campanhas de fomento à leitura e do descaso de uma parcela de educadores, para despejar no mercado os refugos da nossa indústria cultural.

Neste contexto, é sempre reanimador quando nos deparamos com novos autores que tratam com respeito seus leitores e dignificam a literatura. É o caso, por exemplo, de Pochyua Andrade, que recentemente lançou seu primeiro livro, *A vaca minuciosa* (Editora Nova Letra), com ilustrações de Nestor Jr, artista cuja obra chama atenção no atual cenário catarinense das artes plásticas.

Pochyua Andrade é natural de Recife (PE), mas está radicado em Santa Catarina desde sua juventu-



# Uma vaca em nossa literatura

POR VIEGAS FERNANDES DA COSTA, escritor e editor do site *Sarau Eletrônico* ([www.bu.furb.br/saraueletronico](http://www.bu.furb.br/saraueletronico)), da *Biblioteca da FURB* <[viegas@furb.br](mailto:viegas@furb.br)>

de. cursou Música na Universidade Regional de Blumenau, cidade em que reside, e é professor na Fundação Cultural de Indaial. Como músico e compositor, lançou em 2008 seu primeiro disco, intitulado *Pochyua e Cambaçu*, fortemente influenciado por estilos nordestinos, como o frevo e o maracatu. Suas influências de origem, entretanto, não o descolam da realidade local em que fixou residência. A arte de Pochyua é dialógica, e neste sentido *A vaca minuciosa* é obra emblemática. Com sua narrativa em terceira pessoa, tão comum à literatura infantil clássica, a fábula tem os pés fincados na realidade do Vale do Itajaí, sem entretanto descuidar da universalidade.

Ao contar a história de uma vaca cheia de personalidade e ideias improváveis e sua proprietária, a menina Josefina, Pochyua trata também de temas universais como o belo, o sentimento de pertencimento, a alteridade, a perda e a morte. Estes temas, entretanto, estão inseridos na fábula com leveza e naturalidade tais, que de forma alguma a narrativa lembra o panfletarismo ou o moralismo de muitos textos infantis que circulam por aí. Podemos ilustrar o que afirmamos com um trecho da obra, momento em que Minuciosa – a vaca – reflete sobre as mudanças provocadas na paisagem por uma grande enchente (e aqui o autor se vale de um dos principais símbolos do imaginário coletivo da região: as cheias do rio Itajaí-Açu), e nas pessoas, quando da morte do pai de Josefina: “A chuva sem fim mudou

a montanha, o tempo sem fim mudou a montanha e a viagem do pai de Josefina para o céu mudou a montanha também. O mundo de cada um, que parece não mudar nunca, de repente muda e vira outro mundo. A gente deve estar sempre preparado para o outro mundo.” Interessante é observar que, na perspicácia sistêmica de Minuciosa, a morte de uma pessoa interfere também na paisagem. Afinal, nós humanos somos também parte da paisagem, integramos uma ecologia, mas não somos, entretanto, os únicos a transformar o mundo. Um mundo que não se constitui exclusivamente de racionalidades, mas também de acasos e sensibilidades. E é com grande sensibilidade que Pochyua aborda tema tão complexo, e muitas vezes interdito, como é o caso do tema da morte que, segundo a fala do tio de Josefina, “nos dá a vida que os nossos olhos escondem...” Sensível também a maneira como Minuciosa reflete a respeito das transformações sofridas pela montanha depois das intensas chuvas e cheias: “a beleza da montanha já era outra beleza”. Onde, se não na arte, é possível tratar de evento tão traumático quanto o das tragédias socioclimáticas – e que o Vale do Itajaí conhece tão bem – como possibilidade de construção do novo? Pois o que Minuciosa nos ensina é isso, que o fim de uma beleza é a possibilidade de outra.

Para além do que já dissemos, Minuciosa é uma vaca curiosa e dada a filosofias – como toda criança. Filosofias que na versão do narrador ficam sendo chamadas de pensa-

mentos improváveis (mas não impossíveis). Eis alguns exemplos: “A semana precisa somente de dois dias – pensava a vaca – um para saber que dia é hoje e outro para saber que dia foi ontem e que dia será amanhã. A vaca batizou os seus dois dias de ‘dia sim’ e ‘dia não.’” Ou ainda: “A montanha é o mundo de todas as coisas vivas que moram lá.”

Os pensamentos de Minuciosa nos ensinam, por exemplo, que novas descobertas indicam novos caminhos. Talvez por isso pise “devagar no lugar novo, para conhecê-lo devagarzinho, que é como devemos conhecer as coisas novas, sem pressa”. E, ao descobrir um pedacinho do paraíso (talvez algum recanto real da Nova Rússia, localidade no sul de Blumenau onde Pochyua concebeu os primeiros mugidos de sua vaca), soube que sempre poderia voltar, “pois sempre podemos voltar para os lugares em que nos sentimos em casa”.

Com seu texto intenso e repleto de sutilezas, e o traço lúdico e cuidadoso de Nestor Jr (ilustrações que mereceriam um texto à parte, tão especiais que são), *A vaca minuciosa* representa um hausto novo e esperançoso para nossa “literatura infantil”. Capaz de dialogar com o universo infantil e refletir a respeito das particularidades do tempo presente, este livro de estreia de Pochyua Andrade é de leitura altamente recomendada, principalmente porque não se rende às fórmulas fáceis e porque trata com inteligência seus leitores.

# Aprovada a destruição.

## Que fazer?

Novo Código Florestal é aprovado em clima de festa para o agronegócio e políticos com interesses excusos. Mas a luta pela preservação continua!

Entenda o novo Código Florestal:



POR ELAINE TAVARES, jornalista <eteia@gmx.net>

Vivemos um eterno retorno quando se trata da proteção aos latifundiários e grandes empresas internacionais. No Brasil contemporâneo, pós-ditadura, nunca houve um governo sequer que buscasse, de verdade, uma outra práxis no campo. Todos os dias, nas correntes ideológicas do poder, disseminadas pela mídia comercial – capaz de atingir quase todo o país via televisão – podemos ver, fragmentadas, as notícias sobre a feroz e desigual queda de braço entre os destruidores capitalistas e as gentes que querem garantir vida boa e plena aos que hoje estão oprimidos e explorados.

Nestes dias de debate sobre o novo Código Florestal, então, foi um festival. As bocas alugadas falavam da votação e dos que são contra o código como se fossem pessoas completamente desequilibradas, que buscam impedir o progresso e o desenvolvimento do país. Não contentes com todo o apoio que recebem da usina ideológica midiática, os latifundiários e os capatazes das grandes transnacionais, que já dominam boa parte das terras brasileiras, ainda se dão ao luxo de usar velhos expedientes, como o frio assassinato, para fazer valer aquilo que consideram como seu direito: destruir tudo para auferir lucros privados.

Assim, nos exatos dias de votação do novo código, jagunços fuzi-

lam Zé Claudio, conhecido defensor da Floresta Amazônica. Matam ele e a mulher, porque os dois incomodavam demais com esse papo verde de preservar as árvores. Discursos tolos, dizem, de quem emperra a distribuição da riqueza – deles próprios, é claro. E o assassinato acontece, sem pejo, no mesmo dia em que os deputados discutem como fazer valer – para eles – os seus 30 dinheiros sujos de sangue.

Imagens diferentes, mas igualmente desoladoras. De um lado, a floresta devastada e as vidas ceifadas à bala, do outro a tal da “casa do povo”, repleta de gente que representa, no mais das vezes, os interesses excusos de quem lhes enche o bolso. Pátria? País? Desenvolvimento? Progresso? Bobagem! A máxima que impera é do conhecido personagem de Chico Anísio, o deputado Justo Veríssimo: eu quero é me arrumar!

No projeto construído pelo agronegócio só o que se contempla é o lucro dos donos das terras, dos grileiros, dos latifundiários. Menos mata preservada, legalização da destruição, perdão de todas as dívidas e multas dos grandes fazendeiros. Assim é bom falar de progresso. Progresso de quem, cara pálida? Ao mesmo tempo, os “empresários” do campo, incapazes de mostrar a cara, lotam as galerias com a massa de manobra. Pequenos produtores que acreditam estar defendendo o seu

progresso. De que lhes valerá alguns metros a mais de terra na beira de um rio se na primeira grande chuva, o rio, sem a proteção da mata ciliar, transborda e destrói tudo? Que lógica tacaña é essa que impede de ver que o homem não está descolado da natureza, que o homem é natureza?

Que tamanha descarga de ideologia os grãos conseguem produzir que leva os pequenos produtores a pensar que é possível dominar a natureza, como se ao fazer isso não estivessem colocando grilhões em si mesmo? Desde há muito tempo – e gente como Chico Mendes, irmã Doroty e Zé Claudio já sabia – que o ser humano só consegue seguir em frente se fizer pactos com as outras forças da natureza. E que nestes pactos há que se respeitar o que estas forças precisam sob pena de ele mesmo (o humano) sucumbir.

O novo código florestal foi negociado dentro das formas mais rasteiras da política. Por ali, na grande casa de Brasília, muito pouca gente estava interessada em meio ambiente, floresta, árvore, rio, pátria, desenvolvimento. O negócio era conseguir cargo, verba, poder. Que se danem no inferno pessoas como Zé Claudio, que ficam por aí a atrapalhar as negociatas. Para os que ali estavam no plenário da Câmara gente como o Zé e sua esposa Maria não existem. São absolutamente invisíveis e desnecessárias. Haverão

de descobrir seus assassinos, talvez prendê-los por algum tempo, mas, nas internas comemorarão: “menos um, menos um...”

Assim, por 410 x 63, venceram os destruidores. Poderão desmatar à vontade num tempo em que o planeta inteiro clama por cuidado. Furacões, tsunamis, alagamentos, mortes: quem se importa? Eles estarão protegidos nas mansões. Não moram em beiras de rio. Dos 16 deputados federais de Santa Catarina, apenas Pedro Uczai (PT) votou não. Até a deputada Luci Choinacki, outra petista, de origem camponesa, votou sim, contrariando tudo o que sempre defendeu.

Então, na mesma hora em que a floresta chorava por dois de seus filhos abatidos a tiros, os deputados celebravam aos gritos uma “vitória” sobre o governo e sobre os ecologistas. Daqui a alguns dias se verá o tipo de vitória que foi. Mas, estes, não se importarão. Não até que lhes toque uma desgraça qualquer. O cacique Seattle, da etnia Suquamish, já compreendera, em 1855, o quanto o capitalismo nascente era incapaz de viver sem matar: “Sabemos que o homem branco não compreende o nosso modo de viver. Para ele um torrão de terra é igual ao outro. Porque ele é um estranho, que vem de noite e rouba da terra tudo quanto necessita. A terra não é sua irmã, nem sua amiga, e depois de exaurí-la, ele vai embora. Deixa para trás o túmulo de seu pai sem remorsos. Rouba a terra de seus filhos, nada respeita. Esquece os antepassados e os direitos dos filhos. Sua ganância empobrece a terra e deixa atrás de si os desertos. Suas cidades são um tormento para os olhos do homem vermelho, mas talvez seja assim por ser o homem vermelho um selvagem que nada compreende”.

Zé Claudio e Maria eram assim, vistos como “selvagens que nada compreendem”. Mas, bem cedo se verá que não. Eles eram os profetas. Os que conseguiam ver para além da ganância. Os que conseguiam estabelecer uma relação amorosa com a terra e com as forças da natureza. Eles caíram à bala. E os deputados vende-pátria, quando cairão?

Já os que gritam e clamam por justiça, não precisam esmorecer. Perdeu-se uma batalha. A luta vai continuar. Pois, se sabe: quem luta também faz a lei. Mas a luta não pode ser apenas o grito impotente. Tem de haver ação, organização, informação, rebelião. Não só na proteção do verde, mas na destruição definitiva deste sistema capitalista dependente, que superexplora o trabalho e a terra. É chegada a hora de uma nova forma de organizar a vida. Mas ela só virá se as gentes voltarem a trabalhar em cada vereda deste país, denunciando o que nos mata e anunciando a boa nova.